

Ata nº 198

--- Aos vinte e um dias do mês de Abril de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas e vinte e quatro minutos, sob a presidência do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Sr. Vítor Manuel Prata de Oliveira, realizou-se, no Auditório da Junta de Freguesia de Lourosa, a Assembleia Geral Ordinária da Junta de Freguesia de Lourosa. Para o efeito foram, prévia e regularmente, convocados os deputados por correio electrónico e enviados os seguintes anexos: a convocatória (anexo I); uma cópia da ata da Assembleia cento e noventa e sete (anexo II); Cópia de controlo orçamental - Receita (anexo III) Cópia de controlo orçamental - Despesas (anexo IV) Cópia do fluxo de caixa 2016 (anexo V), Relatório de Operações de Tesouraria 2016 (anexo VI), Relatório de execução do Plano Plurianual de Investimentos 2016 (anexo VII), Cópia do Inventário de Equipamento Administrativo (anexo VIII), Cópia do Inventário de Equipamento Básico (anexo IX), Cópia de Inventário de Ferramentas e Utensílios (anexo X) e Cópia do mapa do pessoal (anexo XI).

--- Na posse dos referidos documentos, este órgão reuniu para apreciar e deliberar sobre a seguinte ordem de trabalhos, consoante a convocatória:-----

1. Outros assuntos de interesse para a freguesia;-----
2. Intervenção do Público; -----
3. Leitura, discussão e aprovação da ata anterior;-----
4. Apresentação, discussão e votação das Contas de Gerência de 2016; -----
5. Apresentação do relatório e da actividade financeira, Relatório das Actividades do executivo referente ao primeiro trimestre de 2017, do inventário a 31 de Dezembro de 2016 e do Mapa de Pessoal. -----

--- O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia de Lourosa começou por anunciar as seguintes substituições dos deputados do PSD e CDS, por impossibilidade de estarem presentes e em conformidade com o regimento vigente: -----

---Maria Teresa Silva Oliveira (PSD) pelo senhor Hélder Ferreira (PSD) - anexo XII-----

--- Joaquim Alves Amorim (PSD) pelo senhor Carlos Alberto Cardoso Garcês Moreira (PSD) - anexo XIII -----

--- Joaquim Sá Cardoso (CDS), substituído por Joaquim Pinto Rocha (CDS) - anexo XIV -----

---De forma a completar a mesa da Assembleia e na sequência da ausência da segunda secretária, o presidente da Assembleia, senhor Vítor Prata endereçou o convite à deputada do PSD Márcia Cristina Fontes Pereira Almeida Lamas para a respectiva substituição. -----

---Uma vez regularizada a constituição da Mesa e Assembleia de freguesia, o Presidente da Assembleia, Victor Manuel Prata de Oliveira deu continuidade à Ordem de Trabalhos, fazendo leitura da convocatória e introduzindo o primeiro ponto: Outros assuntos de interesse para a freguesia. -----

--- Aberto o período de inscrições manifestaram interesse os deputados eleitos pelo PS Licínio Oliveira Alves e Odília Conceição Pinho, o deputado eleito pelo CDS Joaquim Pinto Rocha e os deputados eleitos pelo PSD, Januário Tiago Fontes de Sá e Nestor Manuel Barros Silva Oliveira. O presidente da mesa de Assembleia concedeu a palavra ao deputado Licínio Oliveira Alves, que questionou o executivo da junta sobre quatro situações: a alteração de postura de trânsito ou

colocação de elementos de trânsito acessórios (espelho) na Rua da Lagoa; a necessidade de limpeza de alguns resíduos junto da horta social na avenida de Lourosa; a presença de dois postes de fornecimento eléctrico colocados, inadequadamente, na rua das piscinas e, por fim, a presença de duas entradas junto da travessa do Areeiro 2 e 3, cuja origem é suspeita. -----

--- Finalizada esta intervenção o presidente da mesa de Assembleia concedeu a palavra à deputada Odília Conceição Pinho, que indagou o executivo da junta sobre várias questões ligadas à Rua João Paulo II. Começou por mostrar preocupação sobre o estado de degradação dos passeios. Continuou, reflectindo sobre um melhor posicionamento da rampa de acesso ao parque de estacionamento da escola EB 2/3, próximo do Café Caracas, sobre a configuração estranha que as reconstruções junto da fábrica do Moisés Lima assumiram, e constatou a ausência de lugares de estacionamento dos moradores e frequentadores da mesma. Terminou a sua intervenção, reivindicando a necessidade de uma rampa redutora do fluxo de trânsito na rua do comércio e de passadeiras junto do largo da Igreja.-----

--- Tomou a palavra o deputado eleito pelo CDS, Sr. Joaquim Pinto Rocha, que questionou sobre qual o ponto de situação relativamente ao caminho de acesso entre os lugares de Vila Verde e Casal Meão, e o projecto pedonal para a avenida de Lourosa. Questionou, também, sobre o parecer dado pelo município relativamente ao espectáculo de tourada previsto no dia 14 de Maio. Chamou a atenção para o estado de degradação de uma tampa de saneamento na rua 5 de Outubro e para a estética final que a curva junto da fábrica do Moisés Lima, o que na sua opinião constitui um perigo para o tráfego. Continuou a sua intervenção, alertando para a incorrecta colocação da paragem de transportes públicos situada na rua Central, lugar de Vila Verde. Terminou parabenizado o executivo da junta pelo trabalho feito ao longo do seu mandato.-----

--- Tomou a palavra o deputado eleito pelo PSD, Sr. Januário Tiago Fontes de Sá, que indagou o executivo da junta sobre duas temáticas: Rua João Paulo II e Zona Industrial do Casalinho. Relativamente à primeira, o Sr. Deputado questionou sobre a previsão das obras no cruzamento da Rua João Paulo II com a Nacional 1 e questionou sobre a extensão temporal das obras da mesma rua, que segundo ele tem causado prejuízos e desconfortos vários juntos moradores e frequentadores. Relativamente à Zona Industrial do Casalinho, este deputado começou por referir a importância estratégica desta zona para o desenvolvimento industrial da região, pelo que defendeu o seu alargamento e ligação com a Zona Industrial de Fiães, através de vias estruturantes. Ainda dentro deste tópico chamou a atenção do executivo para a incorrecta colocação de árvores nos passeios desta Zona Industrial.-----

--- Finalizada esta intervenção o presidente da mesa de Assembleia concedeu a palavra ao deputado eleito pelo PSD, Nestor Manuel Barros Silva Oliveira, que questionou o executivo da junta sobre quais as medidas de prevenção contra fogos que foram tomadas após incêndio na encosta d'além. Continuou a sua intervenção chamando a atenção para um conjunto de actividades que decorreram na freguesia e que merecem atenção: o jantar solidário a favor da Mercearia Social, o curso carnavalesco e a homenagem aos anteriores presidentes do executivo da junta de freguesia, ocorrido no âmbito das comemorações da cidade. -----

---Na posse do direito de resposta, tomou a palavra o Sr. Presidente da junta desta Freguesia que esclareceu, relativamente à intervenção feita pelo deputado Licínio Oliveira Alves, que a Rua da Lagoa já foi objecto de estudo na sua postura de trânsito, contudo para que este se concretizasse seria necessário aval do município, que neste momento se encontra a fazer um novo levantamento das necessidades de posicionamento da postura de trânsito. Relativamente aos postes de iluminação da rua das piscinas, esta situação já foi notificada à entidade competente, contudo, apesar de esta situação não ser a única, ainda não foi possível concretizar. Relativamente à travessa do Areeiro explicou que nos mapas existentes na câmara

municipal apontam para a existência de um caminho de servidão, contudo vai apurar melhor a situação a fim de prestar esclarecimentos posteriores. Terminou, informando que registou ocorrência na Avenida de Lourosa a fim de ser resolvida com a maior brevidade possível.-----

--- Relativamente às questões colocadas pela deputada Odília Conceição Pinho, informou que nas obras de reestruturação da Rua João Paulo II, sempre e quanto os passeios o permitam será mantido as árvores, desde que estes não impossibilitem a passagem adequada de peões. Continuou, explicando que na mesma rua estão previstos lugares de estacionamento no topo ascendente, havendo outros locais sinalizados para implementação de faixas de estacionamento, bem como em outros locais, que por não terem a largura permitida não será possível introduzi-los. Ainda dentro das obras previstas para esta rua, foi referida que a correcção da rampa junto do parque de estacionamento da escola está prevista e decorrerá em breve. Relativamente à Rua do Comércio, informou que a mesma será alvo de requalificação, encontrando-se previstos alargamentos e alterações de sinalética, a fim de evitar a perigosidade que a mesma rua representa. Relativamente ao largo da Igreja/arraial, informou que esta zona também será alvo de requalificação, prevendo o alargamento de lugares de estacionamento junto da Rua do Sabão e Rua Dr. Clemente, estando previstas a colocação e sinalização de passeadeiras.-----

--- Prestando esclarecimentos ao deputado Joaquim Pinto Rocha, o presidente do executivo da junta explicou que foram feitos vários contactos com proprietários para proceder à abertura deste caminho, não sendo possível concretizar nada em específico. Concordou com este deputado relativamente à colocação da paragem referindo que pode haver alternativa, que já foi apresentada junto de entidade competente. Relativamente à tampa degradada comprometeu-se a fazer sinalização e reparação da mesma logo que possível. Relativamente ao projecto pedonal para a vida estruturante, explicou que existe um trilho natural junto do Moinho, mas que vai ser melhorado e expandido para a mancha verde da encosta d'álem, junto das pedreiras e da Louromédica. Relativamente à tourada, o presidente do executivo informou que a junta não tem competência técnica sobre a matéria, contudo reportou a situação para a câmara municipal, que por sua vez encaminhou para entidade competente. Por último, agradeceu o elogio feito ao executivo da junta.-----

--- Dando respostas às questões colocadas pelo deputado Januário Tiago Fontes de Sá, o presidente do executivo da junta explicou que a ligação da Rua João Paulo II com Nacional 1 está prevista, sendo que a primeira proposta foi rejeitada pelas infra-estruturas de Portugal, obrigando a um segundo projecto que já foi aprovado e que passará a ser executado. Relativamente à Zona Industrial informou que o troço de ligação ao eixo da cortiça está praticamente concluído, havendo necessidade de estender esta ligação às outras freguesias estratégicas. Ainda dentro desta temática, informou que as árvores existente na Zona Industrial são uma preocupação, mas face ao número de obras ativas na freguesia, não tem sido possível fazer o abate adequado das mesmas. Terminou, explicando que a demora das obras na Rua João Paulo II, também são motivo de preocupação para o executivo, tendo havido protocolos de difícil negociação e que envolveram muito tempo, restando à junta de freguesia pressionar junto das entidades competentes para que a obra acabe prontamente.-----

--- Relativamente as questões colocadas pelo deputado Nestor Manuel Barros Silva Oliveira, o presidente do executivo da junta informou que os técnicos do município visitaram o local para aferir a segurança do mesmo e foi solicitado pela Câmara Municipal um parecer sobre o impacto da estação de Inverno junto da zona onde decorreu o incêndio, bem como um plano de reflorestação adequado. Relativamente as actividade do fórum social, o Sr. Presidente da Junta explicou que o jantar solidário foi uma das muitas iniciativas que o fórum social dinamiza, havendo outras como a residência partilhada, a horta social e que apoiam algumas das situações familiares mais problemáticas de Lourosa. Continuou a sua intervenção, referindo que o curso

carnavalesco regressou à rua este ano, nestes moldes, tendo conseguido grande aderência da população, apesar das fracas condições atmosféricas, pelo que será uma atividade para repetir em próximas edições. Terminou, referindo-se à homenagem aos presidentes dos executivos anteriores, como uma homenagem merecida e sentida, pela honra e dignidade do trabalho feito por estes ilustres. -----

----- Finalizadas as intervenções votivas ao ponto UM da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa de Assembleia direccionou os trabalhos para o ponto DOIS da ordem do dia: Intervenção do público, inscrevendo-se para o efeito o Sr. Victor Neves, o Sr. António Bastos e o Sr. Hermenegildo Teixeira.-----

----- Tomou primeiro a palavra o Sr. Victor Neves que questionou o executivo da junta sobre qual o regulamento de acesso à horta social. Continuou alertando para alguns detalhes nas obras de requalificação da Rua João Paulo II, nomeadamente a curva junto da fábrica Moisés Lima e o excesso de passadeiras na extensão de toda a rua. Solicitou ao executivo a colocação de pavimento betuminoso na travessa da ribeira, que seria uma melhoria significativa para os moradores. Informou da existência de uma boca-de-incêndio junto da zona que lavrou o incêndio, em agosto passado, na encosta d'além, que precisa de ser desbloqueada, a fim de poder ser devidamente utilizada. E terminou, questionando sobre a possibilidade de alargamento de vida junto da Serração do Sr. Domingos da Fina, uma vez que, a seu ver, traria uma melhoria substancial à zona.-----

--- Seguiu-se a intervenção do Sr. António Bastos, que durante a sua intervenção colocou uma única questão e que dizia respeito ao trânsito proibido existente entre a Travessa das Carmelitas e Rua 31 de Janeiro, colocado após o desabamento de uma parede, que já se prolongou durante algum tempo e sem prazo à vista. -----

--- Finda a anterior intervenção deu-se lugar a intervenção do Sr. Hermenegildo Teixeira, que mostrou o seu descontentamento face à extinção da floresta na encosta d'além e questionou o executivo da junta sobre qual a competência que a mesma poderá ter na reflorestação desta zona verde, sugerindo este cidadão, que se tomassem estratégias de prevenção e combate de incêndios, como por exemplo, a abertura de trilhos de passagem de bombeiros e máquinas.-----

-----Na posse do direito de resposta, tomou a palavra o Sr. Presidente da junta desta Freguesia que esclareceu ao Sr. Victor Neves que poderia ter acesso ao regulamento da Horta social, fazendo levantamento junto da secretária da junta. Continuo explicando que a pavimentação da travessa da Ribeira está prevista, aguardando material betuminoso para a executar. Informou que relativamente às bocas-de-incêndio, não se trata apenas de uma, mas de 3 bocas-de-incêndio existentes no local que precisam de ser desbloqueadas pelos bombeiros voluntários. Terminou este esclarecimento, referindo que já houve várias propostas para o alargamento da rua junto da Serração do Sr. Domingos da Fina, mas foram sempre encontrando oposição dos proprietários. -----

--- Relativamente à intervenção do Sr. António Bastos o Sr. Presidente do executivo informou a situação vai manter-se até que o proprietário da estrutura faça recuou do muro, restando apenas à junta fazer pressão sobre o proprietário e se necessário ativar a proteção civil, de modo a revolver a situação com brevidade. -----

--- Relativamente à questão colocada pelo Sr. Hermenegildo Teixeira, informou que o pedido de parecer feito pela câmara municipal, onde foi objecto a questão de reflorestação, sendo que a mesma matéria compete ao Instituto das Florestas. Relativamente aos novos caminhos, estão previstos a sua execução em parceria com os bombeiros locais.-----

---Finalizada a sua intervenção devolveu a palavra ao Sr. Presidente da Assembleia que de imediato ao ponto TRÊS da ordem de trabalhos: Leitura, discussão e aprovação da ata anterior (anexo II) Como tem sido hábito, o Sr. Presidente da Assembleia propôs aos presentes que dispensasse a leitura do documento designados por Ata cento e noventa e sete (uma vez que tinha sido remetida previamente), passando-se de imediato à aprovação, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

---- Encerrado o ponto TRÊS da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa de Assembleia direccionou os trabalhos para o ponto QUATRO da ordem do dia: Apresentação, discussão e votação das Contas de Gerência de 2016. Como tem sido hábito, o Sr. Presidente da Assembleia propôs aos presentes que dispensasse a leitura dos documentos designados por: Cópia de controlo orçamental - Receita (anexo III) Cópia de controlo orçamental - Despesas (anexo IV) Cópia do fluxo de caixa 2016 (anexo V), Relatório de Operações de Tesouraria 2016 (anexo VI), Relatório de execução do Plano Plurianual de Investimentos 2016 (anexo VII), Cópia do Inventário de Equipamento Administrativo (anexo VIII), Cópia do Inventário de Equipamento Básico (anexo IX) e Cópia de Inventário de Ferramentas e Utensílios (anexo X) e deu a palavra ao Sr. Presidente do executivo da Junta de Freguesia que fez leitura de um preâmbulo com notas de esclarecimento sobre o novo sistema de normalização contabilística da administração pública (anexo XV). Finda a sua intervenção devolveu a palavra ao Presidente da Mesa de Assembleia que questionou os presentes sobre os interessados em inscrever-se para a discussão deste ponto. -----

---- Inscreveram-se para o efeito os deputados João Nuno Monteiro Silva Sousa e Virgílio Silva Ribeiro deputados eleitos pelo PS; e deputado Januário Tiago Fontes de Sá, eleito pelo PSD. -----

----O presidente da mesa de Assembleia concedeu a palavra ao deputado João Nuno Monteiro Silva Sousa que iniciou a sua intervenção registando com apreço a melhoria contínua da qualidade da documentação entregue ao longo do mandato denotando o esforço do executivo da junta na regularização de falhas, sem contudo apontar para duas falhas - ausência de relatório de gestão e ausência de assinaturas nos documentos enviados. Continuou a sua intervenção referindo que houve uma redução orçamental de cerca de onze por cento, sendo o saldo de execução final inferior aos quatrocentos mil euros. Motivo pelo qual questionou sobre a razões para esta redução e quais as actividades inscritas em plano de actividades que não foram executadas. Realçou ainda que não se entende como nas contas apresentadas se corrige as dotações orçamentadas, dado que este documento deve espelhar as diferenças entre o que realmente se gastou ou recebeu, face ao que se previu ou orçamentou. Acrescentou que não foi apresentado nenhum orçamento rectificativo que enquadrasse as alterações reportando-se para uma recomendação do tribunal de contas ao executivo municipal, onde se insere esta junta de freguesia, sobre a necessidade de "Adotar maior rigor na elaboração dos orçamentos". -----

--- Neste enquadramento e a propósito do controlo orçamental – Receita, o deputado João Sousa apontou os seguintes pontos para esclarecimento: rubricas 06.03.01.99 - Outras transferências do Estado; 09.04.01.03-Vendas com bens de investimento; e 10.08.01-Famílias: taxa de execução nula face aos valores orçamentados. Relativamente à rubrica 04.01.23.99.99 Outros, o registo do dobro da taxa de execução face ao valor orçamentado; relativamente à rubrica 05.10.05 – Bens de domínio público, o registo de uma taxa de execução inferior a 50% do valor orçamentado; relativamente a rubrica 06.01.02 – Transferências correntes Privadas de Sociedades não financiadas, um registo de um aumento significativo, mais de 6 vezes mais face ao orçamento; relativamente à rubrica 06.03.01.99 Outras Transferência do Estado. Considerou-se uma verba de 18850 Euros e recebeu-se zero; a 07.02.01.01 – Receita do Polidesportivo da Feira do Dez que apresentou uma taxa de execução de 782 % ao valor orçamentado, o que vem ao encontro do que os deputados do PS alertaram logo no início do mandato de que o espaço estaria subaproveitado, pelo menos em termos de receita; a rubrica 09.04.01.03 Venda de bens

de investimento, questionou sobre a razão de se ter previsto 40000 Euros e não se ter executado; a rubrica 10.08.01 Famílias, foi considerada uma verba de 3187 Euros no orçamento para 2016, e não se recebeu um único euro, sendo que já no orçamento para o presente ano de 2017 se considerou no orçamento 4789 Euros. Em relação a esta rubrica o deputado questionou o executivo acerca da razão de não se executar um único euro ao longo dos exercícios, sendo que em todos eles se previram verbas. Por fim, questionou o executivo acerca da rubrica que incorpora os valores das receitas ou dos prejuízos que resultam das festas e romarias, e que conforme regulamento aprovado por esta assembleia têm de ser entregues na Junta de Freguesia.-----

--- Relativamente ao mapa de controlo orçamental – Despesa, o mesmo deputado apontou para os seguintes pontos de esclarecimento, mais especificamente os aumentos significativos relativamente aos valores orçamentados nas seguintes rubricas: 01.01.04- Despesas de quadro de pessoal, que apresenta um aumento de 15000 euros embora o quadro de pessoal apresentado seja inferior ao ano anterior. Na rubrica 01.01.14 – Subsídios de férias e de natal, realçou o aumento de 160% face ao previsto, aludindo ainda aos comentários apresentados pelo PS aquando da apresentação do orçamento para 2016, em Assembleia de Freguesia pelo atual executivo; na rubrica 01.02.01 Gratificações o valor executado não se encontrava provisionado no orçamento como se trata de uma verba avultada solicitou mais esclarecimentos ao executivo sobre o valor de cerca de 5800 Euros. Na rubrica 01.02.06 Formação – previu-se um valor de 2000 Euros e foram executados apenas cerca de 36 Euros, sendo assim questionou o executivo se não considerava importante os colaboradores da junta de freguesia receberem formação. Na 02.01.02 Combustíveis e lubrificantes, alertou para o contínuo aumento desta rubrica ao longo do mandato aludindo que mesmo considerando aquilo que o Sr. Presidente de Junta de Freguesia já mencionou noutras alturas de que as máquinas e as viaturas funcionam mais tempo, talvez querendo dizer que no passado não se trabalhava tanto, os valores são manifestamente elevados. Até poder-se-ia pensar que as máquinas e viaturas estão obsoletas e são ineficientes, mas o plano plurianual até 2020 não prevê qualquer substituição a esse nível, excetuando a aquisição de uma Bobcat no valor de 28000 Euros. Na rubrica 02.02.18 – vigilância e segurança foi gasto um valor de cerca de 11500 Euros quando o valor orçado foi de 4000 Euros, questionando sobre a sua discrepância. Reforçou ainda um pedido de esclarecimento acerca deste assunto, caso esteja relacionado com o pavilhão gimnodesportivo ou com a pista de atletismo, sugerindo que o Sr. Presidente da Junta apresente numa próxima sessão desta assembleia o registo de receitas e proveitos de cada um desses equipamentos de forma a avaliar se os valores estabelecidos nos contratos de delegação de competências foram ou não suficientes. Na rubrica 02.02.25.06 – Movimento e bem-estar, questionou sobre a diferença elevada entre o grau de execução, dado que se verifica uma redução de cerca de 4000 Euros face ao previsto. Na rubrica 02.02.09 – Comunicações – denota-se uma redução no valor desta rubrica face ao ano anterior, passou-se de 5800 euros para 3300 euros, contudo o valor orçamentado foi de 1300 Euros. Solicitou então que o executivo sobre a existência de um regulamento para a utilização dos equipamentos de comunicação, bem como uma listagem dos mesmos com a sua atribuição. Na rubrica 04.07.01 – Lusitânia de Lourosa o orçamento previa uma verba de 14500 euros que como é do conhecimento desta assembleia se deve ao apoio que a Câmara Municipal dá à associação para a manutenção da relva. Contudo, este tipo de verbas passaram a ser transferidos diretamente pela Câmara Municipal para as associações em questão, pelo que questionou o executivo acerca de o valor ter sido aumentado face ao orçamentado. Na rubrica 07.01.15 Outros investimentos, questionou sobre a necessidade do valor executado, cerca de 1500 euros, dado que não existia a rubrica no orçamento. Na rubrica 07.03.03.01 Bens do domínio público, Viadutos e arruamentos, questionou sobre as obras que ficaram por realizar e qual a principal razão, dado o grau de execução apresentado por esta rubrica. Para finalizar, questionou o executivo acerca da rubrica 07.03.03.09 – Sinalização e trânsito dado que a mesma apresentava uma dotação orçamental excessiva, na opinião dos



deputados do PS, de cerca de 7000 Euros e acabou-se por não executar um único euro, exigindo uma explicação para este facto.-----

--- Para terminar a sua intervenção, o deputado João Sousa, referiu que relativamente às operações de tesouraria, o documento apresentado reflecte melhor a realidade do exercício, embora como os pagamentos das contribuições da Taxa Social Única e a retenção do IRS dos trabalhadores relativos a dezembro, só são concretizados em janeiro, chamou a atenção de parecer existir uma troca entre os valores de crédito e débito explícitos no documento, dado que a junta devia ser à data de 31 de Dezembro, devedora ao fisco e não credora.-----

--- Finalizada a sua intervenção devolveu a palavra ao Sr. Presidente da Assembleia que deu a palavra ao deputado Virgílio Silva Ribeiro que em jeito de balanço, referiu com satisfação que as diversas intervenções feitas pelo partido PS contribuíram para uma melhoria na organização, empenho, rigor e transparência do executivo da junta, e por conseguinte, a melhoria da qualidade da assembleia da cidade de Lourosa.-----

--- Terminada a intervenção concedeu a palavra o Sr. Presidente da Mesa de Assembleia ao deputado Januário Tiago Fontes de Sá, que referiu que relativamente à rubrica Lusitânia de Lourosa, o valor executado diz respeito ao exercício do ano de 2016 e que houve necessidade de fazer correcções às dotações financeiras desta rubrica tendo em conta a previsão de transferências desta verba na totalidade até ao final do exercício, sendo que objectivamente, a transferência aconteceu em Fevereiro de 2017, esclarecendo, desta forma, uma dúvida apresentada anteriormente, pelo deputado João Sousa.-----

----Na posse do direito de resposta, tomou a palavra o Sr. Presidente junta desta Freguesia que tendo por base o relatório de controlo orçamental – Receita, explicou que rubricas 06.03.01.99 - Outras transferências do Estado; 09.04.01.03-Vendas com bens de investimento; e 10.08.01-Famílias, as taxas de execução foram nulas, face aos valores orçamentados, uma vez que não foram executados as obras de aumento do cemitério, nem a promoção de acordos com proprietários /famílias que promoveriam o aumento da receita. Para além disto, foram adiadas a transferências de verbas do Estado que só aconteceram no exercício do ano de 2017. Relativamente ao relatório de controlo orçamental – Despesa, o Sr. Presidente desta Freguesia, explicou relativamente as rúbricas 01.01.04- Despesas de quadro de pessoal e 01.01.14 – Subsídios de férias e de natal que os valores são apresentados foram o resultado dos ajustes necessários na gestão de recursos humanos, nomeadamente o regresso ao activo de funcionários após baixa médica e os ajustes necessários aos registos de assiduidade dos mesmos funcionários. Relativamente à rubrica 02.01.02 Combustíveis e lubrificantes, explicou que o valor executado corresponde a um aumento exponencial do preço por litro dos lubrificantes, bem como a aumento de gastos feitos com o grande número de obras e maquinaria afecta às mesmas obras. Relativamente à rubrica 02.02.18 – vigilância e segurança, os valores apresentados são justificados pelo aumento de vigilância nos mercados semanais da Feira dos Dez, bem como o aumento de vigilância nas atividades decorridas na Pista de Atletismo e do Pavilhão Gimnodesportivo. Relativamente à rubrica 04.07.01 – Lusitânia de Lourosa, o Sr. Presidente da Junta explicou que as transferências previstas até ao final de 2016, foram concretizadas apenas em Fevereiro de 2017, o que fez alterar o valor executado. Relativamente às rubricas: 01.02.01- Gratificações e 07.01.15 – Outros Investimentos, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia explicou que os valores apresentados foram o resultado das atividades promovidas na cidade pelas diversas organizações em parceria com a junta de freguesia e que resultaram em gastos não previstos inicialmente, mas que foram devidamente alocados às atividades. Por último, relativamente às rubricas: 01.02.06 – Formação; 02.02.25.06 – Movimento Bem-estar, 02.02.25.06 – Comunicações e 07.03.03.09 – Sinalização e Trânsito, o Sr. Presidente da Junta explicou que a diminuição destes valores se deveu essencialmente a diminuição do número de inscrições no Movimento Bem-estar, bem como a alteração do regulamento da autarquia local

no que diz respeito aquisição de sinais para postura de trânsito, obrigando a uma diminuição dos valores de investimento. -----

---- Para concluir a sua intervenção e a fim de prestar informação mais detalhada e correta, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia mostrou-se disponível, para endereçar via correio electrónico, posteriormente, esclarecimentos relativamente às rubricas 06.03.01.99 – Outras transferências do Estado; rubrica 01.02.01 – Gratificações, rubrica 07.01.15 Outros Investimentos; bem como outros que entendesse por convenientes. -----

---Tomou a palavra o Presidente da Mesa de Assembleia que verificando não haver mais esclarecimentos a prestar procedeu à votação das Contas de Gerência de 2016 tendo o mesmo sido APROVADO, com oito votos a favor, sete dos deputados do PSD e um do deputado do CDS e quatro abstenções, dos deputados do PS, uma vez que no momento da votação a deputada pelo PS, Odília Conceição Pinho já se encontrava ausente dos trabalhos por motivos urgentes de última hora. -----

--- Findos os esclarecimentos relativos a este ponto, o Presidente da Assembleia tomou a palavra e conduziu os trabalhos para o último ponto da ordem do dia, ponto CINCO: Apresentação do relatório e da actividade financeira (anexo XV), Relatório das Actividades do executivo referente ao primeiro trimestre de 2017 (anexo XVI), do inventário a 31 de Dezembro de 2016 (anexo XVII) e do Mapa de Pessoal (anexo XVIII). Como tem sido hábito, o Sr. Presidente da Assembleia propôs aos presentes que dispensasse a leitura dos documentos e fez entrega a todos os deputados do Quadro de Pessoal 2016, que substituiu o anteriormente entregue, uma vez que o mesmo continha erros.-----

---- Reunida a unanimidade sobre a dispensa da leitura dos documentos, e ainda na posse da palavra, questionou os presentes, se existia alguma dúvida que os membros da Assembleia gostassem de ver esclarecida. Inscreveram-se para o efeito os deputados Virgílio Silva Ribeiro e João Nuno Monteiro Silva Sousa deputados eleitos pelo PS. -----

--- Neste sentido deu a palavra ao deputado, Sr. Virgílio Silva Ribeiro, que começou por referir que o inventário apresentado é idêntico ao observado e 2015 e 2016, bem como o valor dos equipamentos e bens, não obedecendo a desvalorização, depreciação e desgaste anual. Continuou a sua intervenção, apontando para a falta de inventário de bens imóveis, bem como a depreciação ou valorização do valor patrimonial dos mesmos. Para terminar, explicou que estes dois apontamentos já formam adoptados por outros executivos de outras freguesias e contribuem para a melhoria do funcionamento da assembleia local. -----

--- Cessada a sua intervenção tomou a palavra o deputado João Nuno Monteiro Silva Sousa, que informou que a legislação vigente desde 2013 já obrigava a apresentação de um quadro pessoal. Reparou que a contabilização das remunerações base não totaliza o resultado final executado e questionou, como que havendo um quadro de pessoal com redução de funcionários apresenta um gasto superior. Terminou, questionando sobre a transparência do quadro de pessoal no fim do exercício, em 31 de Dezembro de 2016. -----

-----Finalizadas as intervenção dos membros inscritos, o Presidente da Assembleia concedeu o direito de resposta ao Presidente do Executivo da Junta de Freguesia, Sr. Armando Teixeira. Tomando a palavra, e relativamente a questão colocada pelo deputado, Sr. Virgílio Silva Ribeiro lembrou que a questão do inventário já tinha sido debatida noutras alturas do passado, não sendo obrigatório a atualização dos inventários em função da depreciação e desgastes de bens; contudo, a fim de garantir a transparência da documentação, vai indagar sobre a legitimidade desta questão prestando posteriores esclarecimentos. Relativamente a questão colocada pelo deputado João Nuno Monteiro Silva Sousa, referiu que ainda hoje foi entregue um quadro de pessoal devidamente corrigido, e que obedeceu às oscilações de



peçoal resultante das medidas do IEPF, dos quais a junta é beneficiária, reflectindo claramente uma redução do peçoal comparativamente com o exercício do ano 2015. -----

--- Concluídos todos os pontos de trabalho, o Presidente da Mesa, Sr. Victor Manuel Prata de Oliveira, deu por encerrada a sessão de Assembleia de Freguesia, da qual foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada, a mesma vai ser assinada.-----

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Victor Manuel Prata de Oliveira', written in a cursive style. The signature is positioned centrally on the page, below the text of the minutes.

